

HABEAS CORPUS Nº 488.876 - SP (2019/0007673-0)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
RAFAEL BARCELOS TRISTÃO - RJ188299
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : VALDEMAR FERREIRA DA SILVA

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROGRESSÃO DE REGIME. EXIGÊNCIA DE EXAME CRIMINOLÓGICO. GRAVIDADE ABSTRATA DO CRIME. LONGA PENA A CUMPRIR. MOTIVAÇÃO INIDÔNEA. MANIFESTA ILEGALIDADE.

Ordem concedida nos termos do dispositivo.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de Valdemar Ferreira da Silva, no qual se aponta como autoridade coatora a Décima Quinta Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo (Agravo em Execução Penal n. 7000503-50.2018.8.26.0266).

Consta dos autos que o Juízo da Vara de Execuções Criminais da comarca de Itanhaém/SP deferiu ao paciente progressão do regime semiaberto para o aberto (fls. 28/29 - Execução n. 1.167.029).

Irresignado, o Ministério Público estadual interpôs agravo em execução perante o Tribunal *a quo*, que deu provimento ao recurso para determinar a realização de exame criminológico (fls. 53/56).

Daí o presente *writ*, em que a defesa alega constrangimento ilegal por ausência de fundamentação para exigência do exame criminológico.

Afirma que *é exigida fundamentação concreta sobre a necessidade de referida perícia, não bastando a descrição de gravidade abstrata* (fl. 9).

Requer, assim, a concessão da ordem para que seja cassado o acórdão impugnado e restabelecida a decisão do Juízo da execução penal.

Liminar indeferida (fls. 134/135).

Informações prestadas (fls. 139/153), o Ministério Público Federal ofereceu parecer pelo não conhecimento do *writ* (fls. 156/159).

É o relatório.

O Tribunal paulista cassou o benefício deferido pelo Juízo de primeiro grau, nos seguintes termos (fls. 55/56 - grifo nosso):

[...]

Desse modo, embora o artigo 112, da Lei de Execuções Penais, após a redação dada pela Lei n. 10.792/2003, não tenha mais estabelecido expressamente o exame criminológico como pressuposto para a progressão de regime, a sua realização ainda pode ser determinada pelo Juízo para aferir o mérito do sentenciado, desde que devidamente fundamentada.

É o caso dos autos. Verifica-se que o sentenciado foi condenado por crimes graves, com violência a pessoa e longa pena por cumprir, de modo que, em razão da gravidade dos crimes cometidos, revelando sua alta periculosidade, entendo que seria temerária a concessão do benefício sem antes verificar com maior profundidade a aptidão do agravado para o retorno gradativo ao convívio em sociedade.

Deste modo, no caso concreto, em observância ao princípio *in dubio pro societate*, faz-se necessária uma análise mais minuciosa sobre as condições do agravado para cumprimento de pena em regime menos rigoroso.

[...]

Como se verifica, o indeferimento da benesse fundou-se exclusivamente na gravidade abstrata do delito, em considerações vagas e genéricas acerca do requisito subjetivo e na longevidade da pena, sem que fosse indicado nenhum dado concreto referente à execução que justificasse a sua necessidade.

Ora, esta Corte tem reiteradamente decidido que a ***gravidade abstrata dos delitos e o longo tempo de pena a cumprir, quando dissociados de elementos concretos ocorridos no decorrer da execução criminal, são argumentos inidôneos para indeferir o pedido de progressão de regime*** (HC n. 284.485/SP, Ministra Laurita Vaz, Quinta Turma, DJe 28/2/2014 - grifo nosso). E ainda: HC n. 367.947/SP, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe

4/11/2016.

Ante o exposto, **concedo** a ordem para cassar o acórdão hostilizado e restabelecer a decisão do Juízo de Direito da Vara de Execuções Criminais, que deferiu ao paciente a progressão ao regime aberto.

Comunique-se.

Intime-se o Ministério Público estadual.

Publique-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

